



ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores, senhores deputados, senhoras deputadas. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Centésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte e Dois da Centésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 27.895/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 16.36/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Autos nº 168.373.0037/2024, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 16.360, 16.363, 16.379, 16.383, 16.387 e 16.392/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.460 e 1.495/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 13/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; e-mails referentes aos Ofícios nºs 3.510 e 3.511/2024; Carta nº 1.075/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Lidio Lopes, Junior Mochi, Paulo Duarte, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Zeca do PT e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara, Mara Caseiro, Coronel David, Jamilson Name e Gleice Jane. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa e Neno Razuk. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 240, 241, 242, 243, 244, 249 e 250/2024, de autoria Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Josmail Rodrigues, prefeito do município de Bonito, e à senhora Juliane Salvadori, secretária de Turismo de Bonito, pela eleição do município como Melhor Destino Ecoturismo do Brasil, pela 18ª vez; requerimentos de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Mara Caseiro, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Gleice Jane, Lucas de Lima e Pedro Kemp. EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.”* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas! Expediente da Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2024: Mensagem nº 79/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que “acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica” (Prot. nº 3.788/2024); Mensagem nº 80/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “reorganiza o Fundo de Investimentos Sociais (FIS), instituído pela Lei nº 2.105, de 30 de maio de 2000, e dá outras providências” (Prot. nº 3.789/2024); Mensagem nº 81/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, altera a redação de dispositivo da Lei nº 2.153, de 26 de outubro de 2000, e dá outras providências”(Prot. nº 3.790/2024); Mensagem nº 82/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “institui o Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Mato Grosso do Sul (FSPSM/MS)” (Prot. nº 3.791/2024); Ofício nº 774/2024, da Agência Nacional de Aviação Civil, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3.094/2024); Ofícios nºs 16.399, 16.409, 16.425, 16.429, 16.490 e 16.576/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Mara Caseiro, Zé Teixeira, Gleice Jane, Lia Nogueira, Pedro Kemp e Renato Câmara; Ofícios nºs 3.231 e 3.253/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane e Antonio Vaz (Prot. nºs 2.962, 3.162/2024); Ofício nº 3.233/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento do deputado Renato Câmara (Prot. nº 2.350/2024); Ofícios nºs 3.690, 3.713 e 3.725/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Junior Mochi e Pedro Kemp (Prot. nºs 2.999, 3.200, 3.148/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente, senhores deputados, primeiramente quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a reforma urgente da Escola Estadual José Ferreira, localizada no distrito de Jupiá, em Três Lagoas. Justificativa. Quero informar, senhores deputados e senhor presidente, que estou reiterando o pedido de reforma para essa escola, que se encontra em condições precárias. Essa proposição já foi apresentada anteriormente, e estou reapresentando-a porque, de fato, a escola está se deteriorando cada vez mais. Sempre que visitamos Três Lagoas, somos procurados pela direção colegiada da escola, que faz um apelo. A estrutura, já bastante precária, sofreu maiores danos durante as últimas chuvas. O pátio chegou a ficar alagado, e estamos anexando imagens para que a Secretaria de Estado de Educação possa se sensibilizar com este pedido. A situação tornou ainda mais urgente a necessidade da reforma, motivo pelo qual solicitamos uma atenção especial por parte dos gestores da educação, para que esta situação seja resolvida o mais rápido possível. Também estou apresentando aqui uma moção de congratulação à diretoria colegiada da Escola Estadual Professora Romilda Costa Carneiro, ao professor Thierry França Porato e à Secretaria Municipal de Educação de Alcínópolis, pelo projeto



que levou um grupo de alunos a conhecer as riquezas naturais, culturais e tradições de Mato Grosso do Sul. Quero ressaltar que o projeto, que durou três anos, resultou na visita de um grupo de alunos, acompanhados pelo professor Thierry, a onze cidades do nosso estado. Durante essas viagens, os estudantes participaram de festas tradicionais, exploraram algumas das principais rotas de ecoturismo e conheceram parte da história da população afrodescendente de Mato Grosso do Sul. Essa ideia partiu do professor Thierry França Porato, que foi responsável por guiar os alunos, proporcionando experiências enriquecedoras fora da sala de aula. Com isso, os adolescentes puderam aprofundar seus conhecimentos nas raízes históricas, culturais e tradicionais do estado, além de aprenderem sobre os biomas locais. Quero destacar que essa história prova que a educação vai muito além da sala de aula. Ela também acontece em atividades extracurriculares, fora dos muros da escola. Muitas vezes, projetos como este, que levam os alunos a diversos municípios de Mato Grosso do Sul, revelam atrações turísticas, festas tradicionais e uma série de pontos que poderiam ser mais explorados e conhecidos pelos nossos estudantes. Somente iniciativas como essa permitem aos alunos adquirir conhecimentos que transcendem a sala de aula e os livros didáticos. Por isso, considero fundamental elogiar e enaltecer este projeto, incentivando que outras iniciativas similares sejam realizadas em outras escolas do Mato Grosso do Sul. Parabéns ao professor Thierry França Porato e à direção da Escola Estadual Professora Romilda Costa Carneiro, de Alcínópolis. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, Senhor Presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV Alems e pela Rádio Alems. Presidente, aproveito o Pequeno Expediente para apresentar uma moção de apoio às comunidades indígenas Guarani-Kaiowá e Terena da Reserva de Dourados, em razão do protesto que ocorre naquela área, com alguns bloqueios devido à falta de água. Acabei de receber, agora há pouco, vídeos das comunidades indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, em especial da Missão Caiuá, aonde a tropa de choque foi deslocada. Eu não poderia deixar de expressar aqui minha indignação com a violência que está sendo cometida neste momento contra os povos originários de Dourados, na maior reserva indígena urbana do Brasil. Os vídeos mostram cenas realmente chocantes: mulheres feridas e crianças sendo expostas a essa violência. Essa atuação da tropa de choque é inaceitável. Em vez de buscar soluções, essas ações só fomentam ainda mais a violência em uma área onde os povos indígenas estão simplesmente reivindicando o mínimo necessário para sobreviver: água. Eu gostaria de fazer uma pergunta aqui: alguém nesta Casa de Leis consegue imaginar como é possível sobreviver sem uma gota de água? Isso é inadmissível! E quero deixar claro que, mesmo sendo parte da base do governo, sendo do PSDB, não posso me calar diante de tamanha truculência e violência extrema. O mais preocupante é que a tropa de choque não foi deslocada para os locais dos bloqueios, mas sim para a região da Missão Caiuá, próxima a uma escola onde estudantes estavam. Ainda que fosse mobilizada para manter a ordem, poderíamos entender; mas não se admite violência contra quem está protestando por um bem essencial à vida: a água. Isso é inadmissível! Em pleno 2024, estamos aqui discutindo o básico — água tratada. Os indígenas estão reivindicando água para chegar às aldeias, água para beber, para preparar os alimentos, para atender às necessidades básicas da população indígena. Não posso, de forma alguma, ficar indiferente a essa questão. Como representante do povo, quando falamos desse papel, não estamos falando de raça, cor ou classe social. Fui a deputada mais votada na Reserva de Dourados, e meu compromisso é com aquele povo. Por isso, estou



profundamente revoltada e indignada. É inadmissível o que está sendo feito com a população indígena das aldeias de Dourados. Ontem, apresentamos aqui um requerimento cobrando explicações do governo do estado e também do Ministério dos Povos Indígenas. Por que as aldeias Jaguapiru e Bororó foram incluídas apenas na segunda fase do plano de abastecimento de água? O que temos ali hoje é urgente! É para agora! O que está ocorrendo em Dourados é desumano. Eu não poderia deixar de vir aqui tratar desse assunto. Obrigada, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede-me um aparte, deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria me somar a Vossa Excelência, porque ontem também fiz uma indicação ao governo federal e ao governo estadual para que seja criada uma força-tarefa no sentido de resolver aquela situação. É inadmissível que uma reserva indígena com quase um século de existência, localizada praticamente dentro da cidade de Dourados, esteja enfrentando essa realidade. Enquanto os condomínios de luxo e bairros ao redor têm água em abundância, a reserva vive uma situação de extrema carência. Falta água para as escolas, para as residências, para higiene pessoal, para preparar os alimentos, para dar de beber às crianças e aos animais. É algo simplesmente inadmissível! Quero reiterar minha solidariedade a Vossa Excelência e dizer que o uso de truculência por parte da polícia contra quem está reivindicando água — um bem essencial à vida — é absolutamente inaceitável. O governo do estado precisa rever essa postura de tratar as comunidades indígenas dessa forma, especialmente quando elas estão lutando por algo tão básico e fundamental. Parabéns Vossa Excelência, uma ilustre representante de Dourados, pela inserção na comunidade indígena, pelo trabalho realizado e por levantar a voz em defesa dessa população. Não é aceitável que, em pleno Século XXI, uma comunidade com quase vinte mil pessoas enfrente tantas dificuldades por conta da falta de água. Parabéns, deputada!

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputado. Por ora é isso, presidente. Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, a questão levantada pela deputada Lia Nogueira e pelo deputado Pedro Kemp, relacionada ao problema da falta de água nas comunidades indígenas de Dourados, é extremamente preocupante. O ponto mais alarmante, contudo, é vermos nos vídeos que chegam, a truculência e o exagero na atuação da Tropa de Choque do estado contra pessoas absolutamente indefesas. Reiteradas vezes — e Vossa Excelência é testemunha disso —, tenho utilizado a tribuna e o microfone de aparte para elogiar a sensibilidade do governador Riedel com relação à agricultura familiar e à questão indígena. Por isso, pessoalmente, não acredito que tenha partido do governador a ordem para tamanha violência contra gente miserável, que está lá clamando por algo absolutamente legítimo: a água. Faço, então, um requerimento oral, em nome da bancada do PT, solicitando ao governador que esclareça se foi dele a ordem para os excessos cometidos contra o povo indígena Guarani-Kaiowá na região de Dourados. Obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Deputado Zeca do PT, eu não estou plenamente ciente do assunto mencionado e não disponho de informações detalhadas no momento, mas vou buscar esclarecimentos e trazer informações mais concretas do governo. Senhor presidente, trago hoje uma indicação, ou melhor, estou reiterando uma indicação já feita anteriormente. Solicito que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran, Rudel Espíndola Trindade Júnior, para que sejam implementados acostamento e a instalação de radar fixo, com limite de velocidade de 60 KM/h, na rodovia MS-276, mais precisamente na altura do KM 180, próximo à entrada de diversas fazendas, entre elas a Fazenda Santa Elídia, no município de Batayporã. A medida visa à melhoria da segurança dos moradores da região e de toda a população que trafega diariamente por esse trecho. Já havia apresentado essa indicação anteriormente, mas agora ocorreu um acidente com vítima fatal nesse local. Esse pedido vem do vereador eleito Lourinho, mas reflete uma demanda da população de Batayporã e Nova Andradina. Trata-se de um trecho muito perigoso, onde acidentes têm sido frequentes. Eu fiz o pedido ao diretor do Detran anteriormente, mas não obtive resposta. Por isso, estou reiterando a solicitação para que seja instalado um redutor de velocidade, seja um radar ou outro tipo de sinalização, mas algo que efetivamente reduza a velocidade nesse trecho. É um acesso importante para várias fazendas, e novamente tivemos um grave acidente nessa localidade. Essa é a indicação que encaminho hoje. Por ora, é isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados. Trago hoje um requerimento. Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a aprovação da presente moção de congratulação à senhora Ana Caroline Calache, conselheira tutelar do município de Campo Grande, pelo importante trabalho realizado na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Justificativa. Carol Calache é bacharel em Direito pela Uniderp, professora e coordenadora pedagógica por doze anos, e tem atuação destacada junto às crianças, orientando com base no núcleo familiar. Atualmente, exerce seu quarto mandato como conselheira tutelar, desenvolvendo um trabalho sério e comprometido, garantindo os direitos das crianças e adolescentes, atendendo com coerência, responsabilidade e eficácia, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, ela representa a infância em diversas comissões importantes; é formadora de opinião, palestrante em campanhas e ações voltadas sempre para a proteção de nossas crianças e adolescentes. Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada ao Primeiro Conselho Tutelar de Campo Grande, região Bandeira, na rua José Freitas Guimarães, nº 129-A, Vila Antônio Vendas. Aatoria: deputado Pedrossian Neto. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado,



Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, Mauro Azambuja, solicitando que sejam adotadas providências, tanto de cunho institucional quanto legal, para a limpeza e retirada de lixo da faixa de domínio da MS-340, que liga o município de Bandeirantes ao município de Rio Negro. Esta indicação foi formulada pelo senhor José Estefano Ferrarezi, que destacou a urgente necessidade de uma limpeza no local. Não se trata apenas da retirada de mato, mas também do lixo que tem sido despejado irregularmente nessa faixa de domínio. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos assistem pela TV Assembleia. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia aos representantes legais das empresas de telefonia Vivo, Claro e TIM, bem como à gerente da unidade operacional do estado de Mato Grosso do Sul da Anatel, senhora Vera Lúcia Burato Marques Fierburger. O objetivo é solicitar a instalação de antenas para cobertura de captação e transmissão de sinais de telefonia no distrito de Vila Quebracho, no município de Anaurilândia. Essa proposta atende à solicitação encaminhada a este gabinete parlamentar pelo senhor Ronei Pardini. A comunicação é essencial em nossa vida diária, e a instabilidade do sinal tem prejudicado significativamente as atividades cotidianas dos moradores da região, tanto pessoais quanto profissionais. A ausência de um sinal telefônico confiável compromete a capacidade da população de acompanhar as mudanças tecnológicas e de participar plenamente da sociedade digital. Além disso, esse problema impacta o desenvolvimento econômico da região e coloca em risco a segurança da população. Indico ainda à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a pavimentação asfáltica na MS-435, ligando o distrito de Areado ao município de São Gabriel do Oeste. Essa solicitação atende à demanda encaminhada a este gabinete parlamentar pelo vereador Edson Tozetto. A pavimentação é necessária para melhorar a infraestrutura da região, uma vez que o estado atual da estrada prejudica o tráfego, eleva os custos de transporte, dificulta o escoamento da produção agrícola e compromete a segurança dos usuários. Além disso, o asfaltamento dessa via contribuirá para o desenvolvimento econômico e social, facilitando o acesso a serviços essenciais como saúde e educação. Por ora, é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 3801/2024, 3800/2024). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 3807/2024); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 3810/2024, 3809/2024, 3808/2024, 3806/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 03829/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3842/2024, 3841/2024); uma moção de repúdio (Prot. nº 3840/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 3816/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 3820/2024, 3819/2024, 03818/2024, 3817/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 3764/2024, 3763/2024, 3762/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs



03787/2024, 03786/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de apoio (Prot. nº 03799/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 3804/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 3768/2024, 3769/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 03770/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3827/2024, 03826/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 03825/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 03821/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 3815/2024, 3814/2024, 03813/2024, 3812/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, existe na região da Bavária, na Alemanha, uma cidade chamada Nuremberg. Nuremberg foi a cidade escolhida para ser a sede do julgamento dos nazifascistas que tentaram tomar o poder no mundo, com a história da "raça pura". Foi o local para o julgamento desses malucos, deputado Pedro Kemp. Há um livro escrito sobre isso, chamado *Falta Alguém em Nuremberg*, de um grande jornalista brasileiro. Nesse livro, o autor indaga: "Cadê os brasileiros fascistas da época de Getúlio?", que não foram levados a Nuremberg para julgamento. Falo disso, meu querido deputado Paulo Corrêa, sobre Nuremberg na Bavária, na Alemanha, para comentar um pouco sobre uma matéria da revista Veja. Enquanto meditava ontem à noite — assistindo ao meu Botafogo dar um show — eu também estava lendo essa revista, que traz a matéria "Falta Alguém no Relatório Policial Sobre o Golpe". E a conclusão que chego, ao falar de Nuremberg, é que o golpe foi pensado em um tripé, deputado Pedro Kemp. Primeiro, as manifestações de rua, de acampados em frente aos quartéis, rezando para pneus e pedindo a presença de extraterrestres: os malucos. Esses já foram presos. E os que fugiram para a Argentina e para os Estados Unidos, tanto Miley quanto Trump, vão contribuir com o governo Lula e trazer de volta para prender. Essa é a primeira parte do tripé. A segunda parte é a daqueles que pensaram o golpe — citados pelo ministro Alexandre de Moraes — e que vão ser julgados. Mas cadê a terceira parte do tripé? Falta alguém em Nuremberg: os financiadores do golpe. Cadê essa gente? A matéria da Revista Veja fala sobre o Portela, que é ligado ao Bolsonaro. Esse Portela sabe tudo, tudo, tudo, porque ele pegava o dinheiro do churrasco e sabe quem financiou os acampamentos. Então, eu estou fazendo os requerimentos e encaminhando para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal e para o ministro Alexandre de Moraes, pedindo que, urgentemente, seja indiciado — se já não está — e ouvido o Portela, para que possamos descobrir quem, aqui neste estado em particular, financiou o golpe. Falta alguém em Nuremberg.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Antes, porém, gostaria de registrar e agradecer a presença do senhor Antônio Francisco da Silva, o Zuza, vereador do município de Itaquiraí; do Josenildo Geferson; do Marcos Lino, Marquinhos; do Jonas Basso; do Izabelino Freitas; do Vinícius Godoy; e do Luiz Edil Gonçalves, o Edinho, todos vereadores de Bela Vista; do André Santiago, nosso presidente do Sindicato dos Policiais Penais; do Wilson Brum, conselheiro do Conselho Regional de Enfermagem; e da Deise Aparecida, conselheira do Conselho Regional de Enfermagem. Obrigado pelas presenças aqui na Casa da Democracia sul-mato-grossense. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, vou fazer inversão com a deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Primeiramente, quero agradecer a gentileza do deputado Antonio Vaz, por inverter comigo a ordem da inscrição e dizer que, como sempre, o nosso deputado é muito educado, gentil e um grande cavalheiro. Cumprimento a todos. Senhor presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é falar um pouco sobre a importância do nosso concurso de redação e de desenho, realizado pela Escola do Legislativo. Este é o segundo concurso, mas, neste ano, incluímos também o desenho. No ano passado, o concurso foi realizado apenas com o ensino fundamental, e este ano, além desse segmento, incluímos também as séries iniciais. Por isso, instituímos o desenho nesta nova fase do concurso. Foram inscritos quarenta e sete municípios, com sessenta e oito mil, duzentos e cinco alunos participantes, distribuídos em duas mil, quatrocentas e cinquenta turmas, com a colaboração de cinco mil, novecentos e setenta e três professores, aos quais eu agradeço, pois, sem o trabalho e a parceria da Secretaria de Estado de Educação e de todo o corpo de professores, tanto da rede estadual quanto municipal, não teríamos condições de realizar esse tão importante concurso de redação. Tivemos 80% de participação da rede pública e 20% da rede privada. Foram cento e noventa e uma escolas inscritas e cento e cinquenta e quatro selecionadas; e quarenta serão premiadas. Quero convidar, inclusive, todos os deputados a participarem do encerramento e da premiação desses quarenta alunos, cujas redações e desenhos serão premiados no dia 29, a partir das 14h, aqui neste Plenário. Convido a todos a participarem. Quero também enaltecer, inclusive com moções de congratulação, as grandes instituições e empresas que apoiaram institucionalmente o Concurso Estadual de Redação e Desenho da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, sendo elas: a Cassems, representada pelo presidente Ricardo Ayache; a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, representada pelo senhor Henrique; a Secretaria de Estado de Educação, representada pelo secretário Hélio Queiroz Daher; a Fundação Manoel de Barros, representada por Marcos Henrique Marques; a Águas Guariroba, representada por Gabriel Buim; a Energisa, representada por Paulo Roberto dos Santos; e o Sicoob, representado por Elza Aparecida Jorge. Essas instituições apoiaram o concurso, inclusive com várias premiações que serão entregues aos nossos alunos que chegaram à final. Também, senhor presidente, quero registrar o agradecimento e uma moção de congratulação às pessoas que nos ajudaram, como o maestro e pastor Nilson Amiro Marques, e os professores Davi de Oliveira Santos e Carlos Eduardo Pereira da Silva, pelo apoio na participação deste concurso. Quero também agradecer a Vossa Excelência e à Mesa Diretora por entenderem a importância de trazermos este segundo concurso de redação e desenho, dando continuidade a esse projeto que estimula a leitura e, com certeza, a criatividade dos alunos. Isso nos dá a certeza da importância de estimularmos nossos alunos a pensarem e a criarem. Tivemos boas notas, mas entendo que precisamos ter um olhar mais cuidadoso quanto à leitura, estimulando mais os alunos em Mato Grosso do Sul. Mais uma vez, então, fica aqui o convite para todos os deputados e para todas as pessoas que nos assistem, para que participem conosco no dia 29, sexta-feira, a partir das 14h, onde teremos a premiação dos dezessete municípios que se destacaram. Quero fazer a leitura dos municípios que serão premiados no concurso de redação: Aral Moreira, Batayporã, Bodoquena, Caarapó, Campo Grande, Corumbá, Deodópolis, Dourados, Fátima do Sul, Maracaju, Miranda, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas. Esses são os dezessete municípios que estão na final do nosso concurso de redação e desenho. Muito obrigada, senhor presidente, e obrigada aos nobres deputados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Presidente, eu vou inverter o meu tempo com a deputada Lia Nogueira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Lia Nogueira, Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — sem revisão da oradora — Muito bom dia, mais uma vez, presidente, nobres pares, público que nos acompanha nesta Sessão. Quero primeiramente agradecer ao deputado Pedro Kemp pela inversão. Antes de falar sobre esse projeto de lei, quero destacar a presença, aqui na Assembleia, de integrantes do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (Coren), que vieram aqui hoje para que possamos tratar desse tema. Na semana passada, apresentei um requerimento solicitando informações sobre a possibilidade de implantação de um plano de segurança para os profissionais de saúde de Mato Grosso do Sul, principalmente para as unidades de emergência e urgência que atuam em horário estendido, inclusive as UPAs. Tive uma reunião em Dourados com técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos; e o que me traz aqui hoje é a apresentação de um projeto de lei. Este projeto institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Campanha de Combate à Violência contra os Profissionais de Saúde. Essa é uma forma de trazermos esse debate ainda mais para perto da população, sobre o que vivenciamos hoje no estado, mas, em especial, nos municípios do interior, onde, na semana passada, tivemos o assassinato de um médico em uma unidade de saúde do município de Douradina. Hoje, os profissionais da saúde temem pela própria vida. Eles saem para salvar vidas e não sabem se voltarão para casa. E ali não temos apenas um profissional de saúde, temos uma mãe, pois entre os técnicos e enfermeiros há a constatação de que, em sua maioria, essas mulheres são provedoras de lares, mães solo. Hoje, criou-se uma grande preocupação, até devido às falhas que ocorrem no sistema público de saúde, que é uma realidade, infelizmente, de vários municípios. Além disso, um discurso de ódio se eleva, e o usuário do SUS, que está ali em busca de atendimento, muitas vezes não sabe a quem cabe a responsabilidade de reclamar sobre a omissão ou a falha no atendimento. Isso cabe ao poder público, mas ele inverte esse papel, e quem acaba enfrentando essa violência são os profissionais de saúde. Esse projeto de lei é uma proposta idealizada devido ao número preocupante de violência contra os profissionais de saúde, que, até então, na pandemia, eram considerados heróis. De lá para cá, passaram a ser vistos, de certa forma, como vilões. Nossa proposta é que essa campanha aconteça na semana do 18 de novembro de cada ano, justamente na data em que o médico Edivandro Gil Braz foi assassinado, morto a facadas depois que um usuário do SUS reclamou do atendimento que o médico teria prestado à esposa dele. Como forma de vingança, então, o usuário feriu esse profissional. Quero chamar a atenção de vocês agora. Preparamos dois depoimentos para que vocês tenham a noção exata do que vem ocorrendo com esses profissionais de saúde e por que esta Casa de Leis, que representa o povo, precisa também abraçar essa causa. Por favor. [Apresentação de vídeo]. A gente vai passar daqui a pouco outro vídeo. Nesse caso específico, a pessoa pediu para não ser identificada, mas concordou em prestar esse depoimento para que vocês tenham a noção do que está ocorrendo. Esse posto de saúde fica no distrito de Itahum, em Dourados, e esse médico está sendo ameaçado, inclusive com mensagens postadas em redes sociais, dizendo que a hora dele vai chegar. Ele ficou três dias sem aparecer neste posto e concordou em falar, mas com a condição de que sua identidade fosse preservada. Agora, vamos ouvir o relato de uma mulher sobre os casos de violência contra as mulheres profissionais de saúde. [Execução de vídeo]. Esses são alguns dos depoimentos que tivemos acesso. E como a médica disse, depois do assassinato daquele médico, parece que um



movimento maior se criou, principalmente na região da Grande Dourados. Por isso, eu decidi vir aqui hoje em defesa dos profissionais de saúde, que — como ela mesma colocou — são pais, mães, filhos, esposos, esposas, tios, primos, que estão ali. Estamos apresentando este projeto de lei e também um requerimento junto ao governo do estado, para que Mato Grosso do Sul possa sair na frente e garantir um plano de segurança que, de alguma forma, proteja não só os profissionais de saúde, mas também os usuários do SUS. É um momento realmente crítico que vivemos na saúde e, embora não haja números exatos, buscamos levantamentos sobre a violência contra os profissionais de saúde. Acontece que eles estão se sentindo tão fragilizados e inseguros. Aquela médica falou que eram 13h e que — até aquele momento — ela já tinha sido ameaçada duas vezes durante o atendimento; e os profissionais, por medo, acabam não denunciando. Por isso, não temos a notificação desses casos, mas sabemos que são vários e que ocorrem todos os dias. Não podemos naturalizar um problema como esse. A morte do doutor Brás não pode passar despercebida e não pode ser encarada como mais um número de um profissional de saúde que perdeu a vida num atendimento, perdeu a vida, sob a alegação de um usuário do SUS de que a esposa não fora atendida. A gente sabe que esse desmonte na saúde não recai sobre o profissional da saúde, que muitas vezes, com o mínimo, tenta fazer aquilo que pode, aquilo que ele consegue realmente fazer. Então, estamos apresentando este projeto de lei aqui hoje, e esperamos realmente que o estado de Mato Grosso do Sul, e que todos, possam repensar a vida dos profissionais de saúde, dos médicos, dos enfermeiros e dos técnicos em enfermagem, que têm como dom e missão salvar vidas, e também que querem poder voltar para casa vivos, sãos e salvos. Muito obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte, para fazer uma indicação.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia senhor presidente, senhores deputados. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Paulo Roberto, o novo presidente da Energisa, solicitando seja adotadas medidas visando à melhoria da qualidade de impressão das faturas da Energisa. Esse pedido é do vereador Maurício (PSB) de Dourados, mas essa situação ela se estende a outros municípios também. Então, vou encaminhar a solicitação ao novo presidente. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Com palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, quero apresentar, antes do deputado Pedro Kemp falar, um requerimento verbal meu — em nome da bancada — à Funai, à presidente da Funai Nacional, ao Ministério Público Federal do nosso estado e à Polícia Federal, indagando a essas três instituições se, por acaso, a polícia do estado tinha autorização — como manda a Constituição — para adentrar, agredir e atirar nos indígenas de Dourados. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu não ia fazer uso da palavra hoje no Grande Expediente, mas, enquanto estamos aqui na Sessão ouvindo os colegas e as colegas deputadas, estamos recebendo vídeos e mais vídeos da comunidade indígena de Dourados; e isso nos causa uma indignação muito grande. O que está acontecendo lá é inaceitável, e é preciso que a Assembleia Legislativa faça gestões junto ao governo do estado para que cessem imediatamente a violência que está sendo cometida na comunidade indígena de Dourados, nas aldeias Bororó e Jaguapiru. A Polícia Militar do estado não pode entrar na área indígena, como está fazendo neste momento. Não pode entrar! E, se morrer um indígena hoje em Dourados, a responsabilidade será do secretário de estado de Justiça e Segurança Pública e do Comando da Polícia de Dourados. Eu assisti a um vídeo agora, em que a estrada estava fechada com protesto da comunidade indígena, que não tem água para beber. A polícia poderia estar ali na estrada, acompanhando o movimento; mas ela não pode entrar na aldeia, perto da escola, dando tiros perto de professores e mães de crianças. Isso não é a primeira vez que acontece aqui em Mato Grosso do Sul. Toda vez que a comunidade indígena faz um movimento, a Polícia Militar age com truculência. É de responsabilidade da Polícia Federal garantir a segurança dentro das aldeias. É de responsabilidade da Funai. Ninguém pede autorização, não há mandado judicial, mas a polícia vai lá com truculência, e quem paga o preço com a vida são os indígenas.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero reafirmar aqui: se morrer um indígena hoje, dentro da aldeia, a responsabilidade é do governo do estado, em última instância, do secretário de segurança e do Comando da Polícia. Deputado Zé Teixeira — de Dourados — o que os índios estão pedindo é água. Só isso: água. Acabei de receber agora uma mensagem do Distrito Sanitário Indígena (Dsei), que está à disposição do governo para resolver imediatamente, levando carros-pipa para fornecer água para a comunidade. Basta o governo do estado falar: “Queremos, vamos fazer uma ação”. O que é falado para a comunidade indígena é: “Tem um projeto. Tem um projeto da Sanesul que vai acabar com o problema da água.” Mas, quando será que esse projeto vai ser implementado? Já faz horas que estão falando isso para a comunidade. Eles querem água agora. Agora! Para beber, para fazer um almoço daqui a pouco, porque não têm. Então, existe uma forma de resolver: carro-pipa. O Dsei está se colocando à disposição. Vamos lá, junto com o governo do estado; é isso. Não é mandar a polícia! Não é mandar a polícia. A polícia está lá, mas com água? Não, está levando mais violência. É inadmissível que isso aconteça aqui no estado. Nós não podemos aceitar, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência, porque Vossa Excelência está coberto de razão. Mas eu queria dizer a Vossa Excelência o seguinte: o prefeito Marcos Pacco, de Itaporã, que tem hoje um pedaço da reserva, propôs ontem... Ele foi lá, conversou, dançou, tocou, chacoalhou, tudo beleza, e ofereceu cem mil litros de água por dia para eles desobstruírem a estrada espontaneamente. Agora, pergunto a Vossa Excelência: é uma estrada estadual, que passa dentro do estado. Na Constituição Federal, está previsto que nenhum de nós pode interferir ou impedir o direito de ir e vir. Isso está na Constituição. E esse projeto de que Vossa Excelência fala, eu quero dar os parabéns, porque o índio é tutelado pelo governo federal, e quem é responsável por esse assunto é o governo federal, inclusive a segurança. Não deveria, definitivamente, a polícia estadual estar lá, porque não é competência dela. Agora, eu pergunto a Vossa Excelência: esse projeto não é de hoje. O motivo



da falta de água lá é, primeiramente, a questão climática, porque até os açudes secaram; o governo Tetila que fez vários açudes, até para criar peixe dentro da reserva indígena. Então, quero dizer a Vossa Excelência que está tudo errado, mas o mais errado é o impedimento da rodovia. Por quê? O governo do estado já falou com deputados federais e com senadores, e agora assumiu a responsabilidade de criar a rede pela Sanesul. O que falta, deputado, é assinar o projeto e liberar o dinheiro, porque já faz mais de ano que estão conversando sobre isso e não liberam o dinheiro. Então, está tudo errado o que está acontecendo. O índio não pode deixar os animais morrerem, os porcos, os cavalos, as galinhas, os patos; até os animais estão morrendo por falta de água. Eles estão cobertos de razão. Porque se tem uma coisa que ninguém no mundo consegue viver sem no mundo é água, está certo? Vossa Excelência está falando de uma comunidade que precisa de mais atenção, mas o governo federal tinha que liberar esse dinheiro e autorizar a Sanesul a fazer a rede, fazer mais poços com urgência, porque isso vai acontecer, mas depende do clima. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É exatamente isso, deputado. Eu quero perguntar para o Comando da Polícia: com ordem de quem ele entrou na aldeia? O que a Polícia Militar está fazendo dentro da aldeia agora? É com ordem de quem? O que o deputado Zé Teixeira falou é verdade, faz setenta anos que aquela comunidade está esperando chegar água. Eu só discordo de uma coisa, deputado Zé Teixeira: quando o senhor fala sobre o direito de ir e vir. Tem que fechar a estrada, sim! Sabe por quê? Porque a Constituição também garante o protesto pacífico para reivindicar um direito básico. Eu apoio o protesto dos índios. Tem que fechar a estrada e não deve abrir enquanto não resolver o problema!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O direito à vida está acima de qualquer outro direito. Antes do direito de ir e vir, existe o direito à vida. A Constituição protege o protesto pacífico em defesa dos direitos de uma comunidade. Mas continua aqui a pergunta: com ordem de quem a Polícia Militar entrou na aldeia e está atirando, botando medo e aterrorizando a comunidade? Com ordem de quem? Vamos esperar a resposta. Esta Casa tem que cobrar do governo do estado: qual é o mandado de segurança ou qual o mandado judicial que permitiu essa ação da Polícia Militar dentro da aldeia de Dourados. Deputado Coronel David...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... da polícia.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, sou coronel da PM com muito orgulho,...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É, deve ser mesmo.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — ...muito orgulho, diferentemente do senhor, que é professor e tá incitando crime para bloqueio de rodovia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu sou professor com muito orgulho.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor é uma vergonha para essa classe.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor vai defender o que, aqui? Vai defender os policiais que estão batendo nos vídeos?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Se o senhor me permitir falar, eu vou falar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não vou permitir mais o aparte; já me ofendeu. Não vou permitir mais o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Mas cadê o senso democrático de Vossa Excelência?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não vou mais permitir o aparte; o senhor me ofendeu.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Isso que o senhor está falando é uma mentira.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Cortem o microfone. Não vou permitir ofender os professores.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor me ofendeu também.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor me ofendeu agora; ofendeu os professores. O que os professores estão fazendo? Os policiais estão lá atirando nos indígenas. Isso é correto?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor vai gritar com o seu filho. Comigo não! Não grite comigo, não! O senhor está errado por estar incitando crime de bloqueio de rodovia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não estou cedendo aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Estão errados por estarem incitando crime de bloqueio de rodovia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não estou lhe concedendo o aparte, seu bolsoneiro.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor está totalmente fora de controle.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço que mantenham a ordem. Vossa Excelência concedeu o aparte, e assim que ele começou a fazer o aparte, Vossa Excelência interferiu. Eu tenho que permitir os três minutos que Vossa Excelência permitiu.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mas, para me ofender?



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência permitiu os três minutos. Ele termina de falar e Vossa Excelência faz a conclusão, para a gente colocar ordem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Fale então. O aparte está concedido, bolsonarista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Três minutos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Fale, bolsonarista.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Se me permitir. Comece a contar agora, senhor presidente, por favor. Vossa Excelência, primeiro, tem que honrar os votos de quem o trouxe para esta Casa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Respeite os professores.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor vai me permitir o aparte, ou não?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Respeite os professores. Respeite.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu não desrespeitei os professores.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Na fala anterior desrespeitou.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu não desrespeitei, não senhor. Ao contrário de você que me criticou por ser policial. Eu tenho também muito orgulho dos professores; mas o senhor, como professor, não pode subir na tribuna e ficar incitando crime; foi isso que eu falei para o senhor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Qual crime que eu estou incitando?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bloqueio de rodovia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É protesto legítimo, e de direito da comunidade indígena.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deixe-me falar uma coisa aqui para o senhor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se fosse fazendeiro fechando estrada seria era legítimo, como os fazendeiros fecharam as portas no Sul...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, deixe ele falar os três minutos, então o senhor terá o tempo todo. Senão eu terei que ficar reiniciando os três minutos.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Faça o seguinte, deputado: desça, tome uma água e fique mais calmo; aí vai ouvir o que eu tenho a falar. O senhor vai até mudar de ideia.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Fale! Fala aí com essa voz mansa! Fale!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — É isso aí. Não é voz mansa; é voz de homem educado. E eu tenho responsabilidade.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muita educação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deixe-me falar uma coisa para o senhor: eu estive agora conversando com o secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, e ele me disse que há dois dias as rodovias estão bloqueadas, como é de seu conhecimento. Então a Polícia Militar foi determinada a efetuar o desbloqueio, entendeu? E vai efetuar o desbloqueio, porque está atrapalhando o ir e vir do cidadão que não tem nada a ver com esse problema. Os índios queriam água, senhor presidente; o governo conseguiu quatro caminhões pipa de água. Aí pediram mais dois; então o prefeito Pacco, de Itaporã, conseguiu mais três caminhões pipa. Aí, senhor presidente, não satisfeito com os caminhões pipa que levariam a água necessária para os indígenas dentro das aldeias, eles começaram a exigir dinheiro: duzentos e cinquenta mil reais, para fazer poço e não sei mais o quê. Dessa forma, eles não vão desbloquear a rodovia. A ordem do governo, deputado petista, é que o bloqueio não vai acontecer, porque a Polícia Militar vai desbloquear. O fato de os policiais terem entrado nas imediações da aldeia, é porque um policial foi atingido por uma pedrada de um índio que, covardemente, correu para dentro da aldeia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sempre essa história.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vossa Excelência vai me permitir falar? Vá lá e veja se isso não é verdade. O senhor está aí esgoelando mentiras; agora tem que ouvir a verdade! Tem que ouvir a verdade. A Polícia Militar foi até o local e prendeu a pessoa, e vai prender todos que jogarem pedra contra eles. Senhor presidente, lamentavelmente, a gente tem que... As pessoas estão aqui presenciando algo desse tipo. Em uma Casa que tem que primar pelo diálogo, a gente é obrigado a ouvir um destemperado deputado petista que não consegue defender o seu ponto de vista sem atingir o companheiro, o colega deputado. É lamentável, deputado. O senhor tem que ter noção de educação para subir nessa tribuna e honrar os votos de quem votou no senhor. O senhor para mim é uma vergonha para este Poder Legislativo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se for para ficar me ofendendo, não lhe concedo mais aparte. Vergonha é o senhor que defendeu um presidente que está para ser preso e que armou um golpe para destruir a democracia. Não saiu. Tenha vergonha, bolsonarista, do ex-presidente que o senhor defendeu! Isso sim é uma vergonha. Eu tenho orgulho de estar do lado certo da história. Prove o que o senhor está falando. Agora, as provas do seu ex-presidente estão nas mãos do procurador-geral da República. Vergonha internacional! Agora, deixe eu responder para o senhor. Sabe por que eu fico nervoso? Porque eu tenho alma, sensibilidade e sangue nas veias. Indignação, injustiça, isso me faz alterar a minha voz. Sabe por quê? Porque esse "melzinho" na boca dos índios já foi dado muitas vezes: "ah, vamos levar o caminhão-pipa, o prefeito agora já está providenciando. Resolvemos em um dia, dois ou uma semana". Mas o problema continua. É por isso que a comunidade indígena está farta de conversa fiada! Por isso que eu defendo o bloqueio da estrada. Tem que fazer isso mesmo. Quando levam um caminhão-pipa, fornecem água



para a comunidade hoje e amanhã, por um ou dois dias; mas, e depois?! E depois?! Eu fico indignado mesmo, e altero a minha voz porque não aceito tal injustiça contra aqueles miseráveis que só estão pedindo o essencial para viver.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Está errado! Aí, eu venho e sou obrigado a escutar um discurso: "A polícia foi agredida". Como em outras histórias que já falamos aqui. Quando os índios ocuparam, retornaram áreas, a polícia entrou. Por que a polícia entrou? "Porque os índios atiraram, porque os índios ameaçaram os policiais". É sempre assim, a mesma história. O senhor assistiu aos vídeos do que está acontecendo lá agora? A Polícia Militar não poderia estar dentro da aldeia, deputado. O senhor lembrou da Constituição, que garante o direito disso e daquilo... Mas a polícia, a Tropa de Choque, não poderia estar dentro da aldeia. Deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Deputado, agradeço pelo aparte. Quero dizer aqui, não desmerecendo os nobres pares, mas, se tem alguém que tem propriedade para falar sobre a reserva indígena de Dourados, esse alguém sou eu. Não só por ter sido a deputada mais votada lá na última eleição, mas pelo trabalho que a gente realiza durante muitos anos, e como jornalista que cobria todos os fatos ali. Primeiro — que me desculpe o secretário de estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul — uma ação mal planejada. E detalhe: os vídeos a que nós tivemos acesso mostram e deixam claro que a ação da Tropa de Choque foi dentro da área indígena — que todo mundo sabe que é uma área federal, pertence à União — e não poderia ter havido essa atuação lá. Outra questão: agiram com violência. Os vídeos são claros também. Tem mulheres e crianças feridas. Essa operação não se limitou, deputado Coronel David, aos pontos que estavam bloqueados desde, salvo engano, segunda-feira. Essa atuação da Tropa de Choque — e aí recai, sim, sobre a Sejusp — se estendeu para dentro do território indígena, próximo da Escola Francisco Meireles, na Missão Caiuá, onde estavam jovens estudantes que também foram abordados de forma truculenta e com violência, sim. A gente aqui precisa sair desse debate de direita e esquerda. Nós temos que mirar numa população que está há vinte anos sem ter direito à água tratada. Alguém aqui sobrevive sem água tratada? Aqui nós temos água! Os indígenas não têm! Um problema que vem se arrastando, um projeto, como eu disse, de levar água para as aldeias de Dourados, que é o nosso requerimento que eu apresentei ontem, ficou para a segunda fase. Lá não dá para esperar, e caminhões pipa lá também não resolvem. Eu, do próprio bolso, já fiz doação de água, água mineral para eles; só que isso é paliativo, não dá nem para dizer que é paliativo. É desumano o que acontece nas aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados. Só tem uma palavra: é desumano! E aí, eu convido todos os nobres colegas para que a gente vá para lá. Vamos! Para vocês terem realmente propriedade para falarem aqui. Vamos lá! Vamos conversar com os indígenas! Vamos conhecer o território! Vamos conhecer de fato e andar por lá! Falta de água tratada, falta de saneamento, desnutrição infantil, problemas sérios, violência. Ali, é desumano. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputada Lia. Eu quero incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento e dizer que, de fato, de medidas paliativas os indígenas já estão cansados. Eles querem uma solução para o problema, uma solução definitiva. Caminhão pipa não resolve o problema. Ali, tem vinte mil indígenas. Precisa perfurar poço, precisa fazer a rede de distribuição de água, como em toda comunidade humana, pois essa é uma aldeia que está praticamente dentro da cidade. Será que é tão difícil assim levar água para a comunidade indígena?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E nós temos que repudiar aqui a ação truculenta do governo do estado, por meio da Polícia Militar, que não tem que estar dentro da aldeia nesse momento. Concedo um aparte à deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Primeiro, eu quero parabenizar... É claro que aqui, às vezes, os nervos se afloram, mas eu acho que a causa é nobre e nós realmente não podemos fazer vista grossa a uma comunidade que vive sem água, como disse a deputada Lia Nogueira e como disse Vossa Excelência. Mas também não podemos permitir que atos criminosos venham a acontecer, seja pelos indígenas, seja pelos produtores rurais, ou por quem quer que seja. Mas aí, deputado Pedro Kemp, eu falava agora há pouco com a secretária Viviane, e ela me mandou uma resposta, no dia 25, que diz o seguinte: "Em resposta ao Ofício nº 2.696/2024, do Dsei e da Sesai, o qual solicita apoio para abastecimento de água potável emergencial para as aldeias Jaguapiru e Bororó, informamos que, por meio de celebração de convênio, iremos conceder o apoio solicitado para a perfuração de um poço na região. Considerando que há um processo a ser cumprido para formalização da parceria e execução da obra, mensuramos que, para a conclusão do poço, serão necessários aproximadamente quarenta dias. E, para isso, contamos com vosso apoio nas tratativas documentais necessárias para a execução do projeto e a indicação da área para a perfuração do poço". Isso quem assina é a secretária Viviane Luiza da Silva. O que eu entendo, deputado Pedro Kemp, é que há uma tratativa, há uma solução paliativa, de imediato, para pelo menos trazer um alento para essa comunidade. Então, o que eu quero dizer com isso é que há uma resposta do governo do estado, para tentar encontrar a solução, antes que venha a questão da Sanesul. Então, houve uma manifestação da secretaria se colocando à disposição para fazer essa perfuração de poço. Eu acho que a gente tem que levar em consideração e também que a comunidade entenda que não vai se resolver o descaso de anos em um dia ou dois. E, nesse sentido, a gente também tem que pedir para essa comunidade que dê votos de confiança, para que, em quarenta dias, se possa fazer esse processo e se comece a perfuração do poço artesiano na aldeia. Apenas isso que eu queria colocar aqui, deputado Pedro Kemp. Obrigada!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para concluir, senhor presidente. Acho que é importante essa informação que a deputada Mara Caseiro nos repassa aqui agora. Eu acho que nós precisamos de medidas concretas para resolver o problema, não mais medidas paliativas, porque a comunidade está cansada e já chegou no seu limite. Agora, fica aqui o meu protesto com relação à violência, à truculência da Polícia Militar dentro da aldeia, pois não poderia estar lá. E reafirmo mais uma vez: se morrer alguma pessoa indígena nesse conflito, a responsabilidade é do governo do estado e da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência, entendendo a gravidade do tema, ouvindo com atenção todos os apartes, as manifestações dos deputados Zeca do PT, Pedro Kemp, Coronel David e Lia Nogueira, que apresentou bem o assunto, vai tomar as medidas necessárias para tomar conhecimento com exatidão do que acontece com relação à água, inclusive das medidas no que cabe ao governo do estado e no que cabe ao governo federal, cada



qual com a sua responsabilidade. E nós vamos, através das nossas comissões e da própria Mesa, tomar conhecimento dos fatos, para que, se houver abuso de qualquer parte, esta presidência não deixará o assunto passar despercebido. O assunto é grave, trata da segurança da sociedade, trata de direitos humanos, trata dos direitos dos indígenas e da sociedade. Não poderíamos tratar desse assunto com informação somente a partir de um vídeo enviado por “A” ou da manifestação feita pelo WhatsApp de “B”. Queremos tomar conhecimento real da situação, ouvindo todos os lados, e certamente, o que for preciso fazer, através desta Casa, seja com relação ao governo do estado, ou acionando ministérios — o deputado Zeca do PT sempre tem nos ajudado — ou bancada federal, assim o faremos. Os senhores deputados podem ter certeza de que não deixaremos esse assunto morrer da forma como está. Obrigado pela atenção de todos! Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O debate sobre um assunto tão importante como a questão que acontece na região de Dourados, relacionada à questão indígena e à luta deles por água, é absolutamente legítimo. O nível do debate que acontece aqui, no Parlamento, é feito para isso. E, às vezes, pode-se exagerar de um lado ou de outro, mas se preserva democraticamente o espaço do contraditório. Esse é o papel fundamental aqui na Casa. Segundo, qualquer outra medida que eventualmente for tomada, é importante que esta Casa tenha, ou busque, o conhecimento dos fatos rapidamente. Eu reforço e reitero meus requerimentos em nome da bancada do PT. Primeiro: o governador do estado autorizou essa operação? A Funai, a quem compete, autorizou a entrada da segurança pública, do pelotão de choque, em área indígena? A partir daí, com certeza, poderemos discutir os desdobramentos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência, conforme já afirmado, vai tomar as devidas providências. Queremos registrar, com muito carinho, a presença do nosso ex-deputado, atual prefeito da cidade de Três Lagoas, Ângelo Guerreiro. Obrigado pela presença entre nós; é sempre bom receber os amigos. Esta Casa está aberta à população; de José Antônio Fernandes, vereador do município de Itaquiraí; Alessandra Ribas, a professora Alessandra, de Laguna Carapã; Rosária Lucca, vice-prefeita de Mundo Novo, eleita vice-prefeita; pastor Demilson, vereador de Laguna Carapã; Márcio Gutierrez, presidente da Câmara de Laguna Carapã; e Kelly Fabrícia, presidente do Conselho de Diretores da Rede Municipal de Educação. Está encerrado o Grande Expediente. A deputada Mara avisa que amanhã haverá outra sessão da CCJR e das comissões de mérito. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e três deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Antes de iniciar a votação, eu queria, mais uma vez, dizer aos senhores deputados que nós devemos ter aí cerca de dezesseis a vinte projetos importantes relacionados à polícia, carreiras, saúde, e vários outros projetos em tramitação. Queremos agradecer à CCJR e dizer que, amanhã, teremos outra reunião da CCJR, e vamos incluir projetos para limparmos a pauta, para termos um Natal com o serviço cumprido, não é, deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só um minutinho, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Com todo respeito e carinho, eu gostaria de reiterar a Vossa Excelência que fosse cobrado do governo — eu sei que está lá na assessoria do governo do estado — o projeto já negociado com o governo, que trata da certificação dos produtos da Agricultura Familiar. Se queremos avançar na Agricultura Familiar, o programa de certificação com a criação do Selo Verde é fundamental. É uma demanda que tenho recebido de todo o estado, que inclusive discutimos em Três Lagoas. Vossa Excelência falou da presença do prefeito de Três Lagoas aqui; tenho negociado com eles lá, com os trabalhadores, inclusive, a estruturação, em parceria com o Ministério Público e com a Agraer, sobre o cinturão verde de Três Lagoas, a certificação, para que possamos vender a produção deles.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós solicitamos, ontem, deputado. Inclusive foi votado um projeto de grande importância que tratava a multa, tanto de uma canequinha de leite quanto de uma tonelada, de maneira igual. Agora, pode ser feito de forma diferente, com uma multa menor. Então, já estamos tratando desse assunto. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal: Projeto de Lei nº 260/2024. Autor: Poder Executivo, com acordo de líderes. "Altera a redação de dispositivo da Lei nº 1.152, de 21 de junho de 1991, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul", para colocar o seu texto em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual entendeu que a outorga de competência aos Conselhos de Saúde, sejam estaduais ou municipais, para decidir e deliberar sobre a contratação ou convênios de serviços com o setor privado importa em indevida restrição às competências do chefe do Poder Executivo. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 260/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, estou passando aqui para dizer que estou em Brasília, pois vim participar de um encontro com várias parlamentares mulheres. Estamos discutindo um pouco sobre as violências políticas e sobre os direitos das mulheres. Na oportunidade, em todas as oportunidades, também apresentei a pauta que hoje foi debatida na Assembleia Legislativa. Eu não estava presente para fazer o debate, mas acompanhei, e estou acompanhando também os conflitos com a Tropa de Choque em Dourados, com bastante preocupação. Estou passando aqui para dizer que essa pauta é uma pauta que também estamos tocando, e que aqui em Brasília estou tentando sensibilizar o máximo de pessoas possível para essa demanda. Estive agora conversando com as deputadas Célia Xakriabá, Camila Jara e Natália Bonavides, e também com todas as pessoas por onde passamos. Temos levado essa pauta na tentativa de mobilizar o máximo de força necessária para realmente conseguir soluções imediatas para um problema sério, que envolve a vida das crianças e a vida das pessoas que moram na comunidade indígena. Obrigada, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, as próximas manifestações serão somente relativas às votações. Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e um contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 158/2024. Autor: deputado Caravina. "Dispõe sobre a obrigação de previsão de acostamento na elaboração e contratação dos projetos de engenharia para execução de novas obras de pavimentação asfáltica nas rodovias estaduais". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Aproveito para pedir os votos dos nossos pares e falar um pouco sobre este projeto. Este projeto é, na minha opinião, de suma importância, especialmente no que diz respeito aos acostamentos nas rodovias. O governo do estado tem, dentro do seu norte, o lema de fazer bem feito para fazer dar certo. Estamos falando aqui da obrigação de um prazo de cento e oitenta dias para adequação, para que todos os projetos, a partir de agora, de pavimentação de rodovias tragam, ao menos, acostamento lateral nas medidas do Dnit, seja de revestimento primário, de vegetação ou de pavimentação. O projeto de lei oferece essas opções para atender à questão orçamentária, buscando viabilizar a adequação. Após discussão com o governo, alguns detalhes foram ajustados, como a exclusão da obrigação para trechos com problemas de aclive e declive, que apresentam dificuldades de execução. Mas, em essência, o projeto obriga que as próximas rodovias e projetos de pavimentação tragam, obrigatoriamente, os acostamentos. Falo isso porque convivemos com as estradas e acompanhamos os acidentes, especialmente nas rodovias. Um exemplo é a MS-040, que dá acesso a Santa Rita do Pardo e à região leste. É uma rodovia de intenso fluxo e que praticamente não tem acostamento. Em uma eventual possibilidade de acidente frontal, como já ocorreram vários, ou atropelamento de animais, não há para onde o animal ou o veículo sair, pois não existe acostamento. Veículos parados sobre a rodovia, sem acostamento, causam uma grande possibilidade de acidentes graves. Este projeto é importantíssimo para que, a partir de agora, as novas rodovias também contemplem os acostamentos, pensando no melhor tráfego e na redução de acidentes. Por isso, peço o voto dos demais pares, para que — após a segunda votação — ele possa, ainda este ano, ser sancionado pelo governador, no prazo de cento e oitenta dias, para que os próximos projetos venham com essa mudança significativa. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Declaração de voto, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu quero parabenizar o deputado Caravina e registrar que, ainda no início do ano passado, em uma das minhas primeiras indicações sugeri ao governo do estado que as novas rodovias a serem pavimentadas sempre fossem acompanhadas da implantação dos acostamentos. Fiz isso por conta da dúvida sobre se o Legislativo poderia impor, através de projetos de lei, obrigações que significassem despesas ao Executivo. Com essa constitucionalidade agora sendo votada e aprovada, abre-se a oportunidade para que esta Casa de Leis apresente propostas técnicas para melhorias nas obras públicas. Esperamos que, após a segunda votação, essa lei possa ser sancionada pelo governador. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 158/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 234/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 57/2024 – "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.615, de 14 de dezembro de 2020, nos termos que especifica, para ajustar algumas de suas disposições às orientações do Comitê Gestor do Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico (Cogeb) e às sugestões apresentadas pela comunidade esportiva". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 234/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 4. Retirado de pauta, a pedido da autora. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 119/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Institui a Semana de Conscientização do Descarte Adequado do Lixo Perfurocortante no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Zeca do PT. Em discussão...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir o projeto, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de solicitar aos nobres pares o voto favorável a este projeto, que é de suma importância. Temos a categoria dos coletores de lixo, um serviço terceirizado, mas que precisa da nossa proteção. Os números revelam que esses trabalhadores estão entre os que mais se ferem, sendo a segunda categoria com maior índice de acidentes de trabalho envolvendo materiais perfurocortantes. Tenho certeza de que este projeto visa sensibilizar a todos, para que, ao realizarem o descarte de lixo, o façam de maneira adequada, para evitar que os nossos coletores se firam e com isso fiquem afastados. É uma questão de dignidade humana, então. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 119/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 013/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor)". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto



Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 013/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Em discussão única.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu protocolei — algumas sessões atrás — uma indicação para o Ministério Público Estadual, para que seja apurada a fala do secretário municipal de Defesa Social e Segurança, aqui de Campo Grande, que fez apologia ao nazismo, algo que é considerado um crime pela Constituição. E, como sinto que não há interesse desta Casa em votar essa indicação, vou pedir para retirá-la, e vou encaminhá-la diretamente do meu gabinete para o Ministério Público. Como militante histórico de defesa dos Direitos Humanos, não deixarei essa situação passar. Encaminharei diretamente do meu gabinete ao Ministério Público para que seja apurada a denúncia de apologia ao crime de nazismo, feita pelo secretário de segurança de Campo Grande. Portanto, peço para retirar da pauta. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 7. Em discussão única. Vinte cinco indicações, uma moção de aplauso, uma moção de apoio e quatorze moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Senhores deputados, por gentileza. As comissões de méritos e a reunião da CCJR de amanhã partirão para a votação de orçamentos e encerramentos.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lucas de Lima.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Eu gostaria de falar sobre esse projeto que estamos protocolando hoje, que declara de Utilidade Pública o Instituto Esperança: a Voz dos Animais, com sede no município de Taquarussu. O Instituto Esperança: a Voz dos Animais tem sede no município de Taquarussu, atua como ONG e foi fundado no ano de 2022. É um instituto atuante no trabalho social de atendimento e cuidados aos animais, realizando de forma ativa o resgate de situações de maus-tratos e abandono de animais no município de Taquarussu, promovendo resgates, acolhimento, cuidados, promoção e adoção de animais em situação de vulnerabilidade. O instituto já funciona há anos, entretanto, foi devidamente regularizado em 2022 e, desde então, vem promovendo campanhas de conscientização junto à população, incentivando o cuidado e a adoção, além de realizar fiscalização e denúncias de casos de maus-tratos. Diante do exposto e da importância do trabalho deste instituto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Esperança: a Voz dos Animais, com sede no município de Taquarussu. Obrigado! Somente isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Senhores deputados, amanhã haverá reuniões da CCJR e das comissões de méritos. Obrigado a todos pelo empenho! Até amanhã (11h27min).